

Feminização da Pobreza

Poverty and the feminine condition

Tereza Monnica Xavier Bacelar de Carvalho¹



Resumo

A pobreza, até há bem pouco tempo, era entendida em termos de rendimento ou de falta deste. Atualmente, passou a ser analisada não apenas em rendimentos, mas como a recusa de oportunidades e de escolhas que são, de um modo geral, consideradas essenciais. A falta de garantia dos direitos básicos inalienáveis do cidadão, como moradia, saúde, educação, segurança, tem levado a maioria das pessoas a viverem na miséria. O objetivo deste artigo é mostrar as múltiplas dimensões da pobreza, enfatizando a condição da mulher que vive na pobreza e ainda é o principal alvo da violência e dos abusos sexuais.

Palavras-chave: **Exclusão. Desigualdade. Violência. Mulher.**

Abstract

Poverty, until recently, was understood in terms of revenue or lack of it. Nowadays, it became to be analyzed also as denial of opportunities and choices, which are, in general, considered as essential for human dignity. The lack of basic rights which are indisposible to the average citizen, such as shelter, health, education, and public order has led to many people to live in miserable conditions. The aim of this article is to show poverty's multiple dimensions, emphasizing the poor woman who is also the main target of violence and sexual abuse.

Keywords: **Woman. Violence. Inequality.**

Introdução

A trajetória do Brasil e da maioria dos brasileiros espelha fortemente a história de um povo colonizado por descobridores, mercadores, senhores de terra, senhores do capital, senhores do aparelho de Estado, senhores da comiserção, pelos donos do poder. Dessa forma, miséria e vassalagem, pobreza e subalternidade fazem parte da mesma trajetória, embora essa relação seja escamoteada por estratégias de gestão articuladas pelos que se fazem donos do poder.

A noção de naturalidade da pobreza das sociedades foi desmistificada, pois o crescimento econômico das últimas décadas trouxe o aumento da pobreza, que se expressa não só pela impossibilidade de suprir as condições mínimas de sobrevivência, mas

pela frustração de expectativas, pela falta de acesso a certos privilégios que o modelo de produção de bens especiais (bens de luxo) gerou na população. A noção de naturalidade da pobreza das sociedades pré-industriais e do período mercantilista, que compunha a “doutrina da utilidade da pobreza”, é de certa forma reeditada nas relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos das sociedades industrializadas.

No mundo subdesenvolvido, a pobreza é vista como algo natural, em decorrência da ausência de civilização e do acelerado processo de urbanização e industrialização, que imprime uma diferenciação social, econômica, absorvida como um custo social inerente ao desenvolvimento. Ao invés de natural, a pobreza é gerada pela opção de desenvolvimento econômico-social adotado.

¹ Psicopedagoga e Mestre em Administração de Empresas. Professora da UNIFOR do Curso de Administração - CCA. E-mail: terezamonnica@secrel.com.br

A perspectiva da diferenciação econômico-social entre a riqueza e a pobreza, através de categorias nominais, torna-se insuficiente, quando reduz uma relação política a uma relação de quantidades. Assim, o pobre seria aquele que se identificasse com o resultado da aplicação de uma classificação objetiva e exterior, a partir de faixas de renda.

O conceito de pobreza, para além de formas descritivas, incorporando a vulnerabilidade política do pobre frente a uma história de subordinação, não constitui uma concepção hegemônica nas proposições de “combate à pobreza”. O combate à pobreza normalmente é entendido a partir do rebaixamento das condições de vida, o que acaba levando as propostas governamentais operadas como “pobres soluções”: os pobres acabam mais pobres pela pobreza dos serviços com que contam.

O fato é que riqueza e poder fazem parte de uma só realidade. O pobre não pode ser visto simplesmente como uma relação monetária, pois retrata, sobretudo, uma relação política. Embora a pobreza seja um conceito comparativo, os parâmetros que a qualificam se fundam na desigualdade social. Sua renovação ocorre através de políticas econômicas e sociais que reafirmam a discriminação e a exclusão de muitos nos campos ocupacional, educacional, cultural, espacial e político, além da real privação material.

Como afirma Franco (1988), “a pobreza é um problema societal [...]; qualquer definição da pobreza está afirmando, explícita ou implicitamente, algo acerca da sociedade. A situação de quem não tem é incompreensível, se não se relaciona com a dos que têm. A pobreza é, assim, inseparável da estrutura de poder e das conseqüentes desigualdades”.

Jaguaribe (1986) comenta a proposta de erradicação da miséria no Brasil até o final do século passado, descrevendo que a assistência social seria um conjunto de providências sociais de curto prazo para atenuar a miséria e reduzir a pobreza. Esse tipo de assistência pública, ou privada, seria destinada “às aquelas famílias que não logram assegurar a seus membros, de forma regular e continuada, o atendimento das demandas de suas subsistências físicas”.

A assistência social se constitui como prática, como saber e como poder, assumindo desde formas intuitivas até formas racionalizadas, coletivas e institucionais, enfim como política social. Dessa forma, a assistência social passa a representar uma responsabilidade social do Estado e a operar através de um aparato técnico-científico, jurídico-administrativo,

de recursos orçamentários e de um agente profissional específico na divisão sócio-técnica do trabalho: o assistente social.

A assistência social é um simulacro de uma política econômico-social. É vista mais como um mecanismo ágil, emergencial e descolado do conjunto de ações sociais do governo. O cunho assistencial que lhe é empregado sugere mais um comportamento pragmático, no campo do providencialismo, do que uma ação governamental de conseqüências econômicas, sociais e políticas.

A exacerbação das disparidades sociais, traduzida no fenômeno do desemprego estrutural e conseqüente exclusão da população menos favorecida dos mecanismos de integração ao mercado e do acesso aos bens simbólicos (cultura, informação, participação política, dentre outros), adquire feições próprias cuja tradição tem sido a reprodução das desigualdades sociais.

Exacerbação da Pobreza

Várias famílias se situam entre a pobreza e a miséria vem se acentuando, com forte prevalência desta última, denotando um perfil de uma população desnecessária para um mercado cada vez mais exigente, em termos de qualificação profissional, restringindo, a cada dia, as possibilidades de inserção, ascensão e mobilidade funcional.

Assim, assiste-se a um ciclo de reprodução da pobreza em que as oportunidades de acesso aos bens materiais vêm-se reduzindo à cultura da precarização do trabalho e das estratégias informais de sobrevivência que caracterizam a realidade de desestruturação, insegurança e segmentação do trabalho na atual.

As mulheres com filhos constituem a maioria dos pobres em muitos países. A Ásia Meridional tem o maior número de pobres (522 milhões vivem com menos do equivalente a 1 dólar por dia). A África do Sul tem a maior percentagem de pessoas pobres, chegando a afetar 46,3%. Quase mil milhões de pessoas são analfabetas; mais de mil milhões de pessoas não têm acesso à água potável; cerca de 840 milhões de pessoas passam fome ou enfrentam um problema da fome; cerca de um terço das crianças com menos de cinco anos sofrem de subnutrição.

As mulheres, em muitos casos, apresentam taxas de abandono escolar mais elevadas, na medida em que são as primeiras a ter de deixar a escola para ajudar no trabalho doméstico e prestar cuidados aos

irmãos. Entretanto, a experiência tem demonstrado que o investimento na educação das mulheres não só promove uma maior igualdade, como tende a traduzir-se, diretamente, numa melhor situação da família, em melhores cuidados de saúde, no controle da natalidade e, potencialmente, numa maior autonomia econômica.

A pobreza tem sido apontada como o principal fator de propagação do vírus HIV em muitas partes de África. Estima-se que, até 2010, só na África, haja 40 milhões de órfãos em consequência da epidemia. Na realidade, vinte dos 38 países mais pobres do mundo estão no meio de um conflito armado ou saíram recentemente de uma situação desse tipo, segundo fontes da ONU.

A maioria das meninas e adolescentes da América Latina vive na pobreza e elas são o principal alvo da violência e dos abusos sexuais. Há sérias situações de **exclusão** e de **desigualdade**, que afetam principalmente as meninas e mulheres mais pobres. Acredita-se que mais da metade dos 450 milhões de habitantes da região (AL) vivem abaixo da linha de pobreza; a maioria mulheres, principalmente meninas e adolescentes.

Na América Latina, fala-se de feminização da pobreza como um fenômeno crescente nas últimas décadas. De acordo com as pesquisas, muitas meninas têm que assumir as tarefas domésticas desde cedo e abandonar a escola para procurar trabalho ou cuidar dos irmãos menores. Além do trabalho doméstico, que não aparece nas estatísticas oficiais, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, na América Latina e nas Caraíbas, trabalhem cerca de oito milhões de meninos e meninas entre os 10 e 14 anos de idade, estimando-se que 40 milhões de crianças e adolescentes vivam nas ruas, expostos às drogas, à prostituição e à violência.

O Fundo para a Infância das Nações Unidas (UNICEF) estima que mais de 50% das jovens menores de 17 anos na América Latina têm vida sexual ativa, e que, dos 13 milhões de partos registados por ano, pelo menos dois milhões acontecem com adolescentes entre 15 e 19 anos.

O Unicef (1998) afirma que, dos 400 mil latino-americanos contaminados com Sida, 8 mil eram meninos e meninas menores de 14 anos. O abuso sexual na família começa entre os cinco e os nove anos, segundo as pesquisas. Em 50% dos casos, os agressores convivem com os meninos e meninas e 75% dos agressores são familiares.

As Causas da Pobreza

A pobreza existe em muitos dos países industrializados e caracteriza regiões inteiras do mundo em desenvolvimento. As causas da pobreza residem numa complicada teia de situações locais, conjugadas com circunstâncias nacionais e internacionais. É o produto resultante dos processos econômicos que se registam em diversos níveis, bem como as condições sociais que estruturam as possibilidades das pessoas.

Nos primórdios da ONU, a pobreza era medida em termos da capacidade de obter um número mínimo de calorias ou de ter um nível mínimo de rendimentos para satisfazer as necessidades (pobreza em termos de rendimentos). O limiar de pobreza definia esse nível mínimo e os pobres eram aqueles cujos rendimentos ou alimentação eram inferiores a esse mínimo.

Na década de 1970, a OIT alargou o conceito e a pobreza passou a ser entendida como incapacidade de satisfazer as necessidades básicas. Nas décadas de 1980 e 1990, o conceito sofreu mais mudanças, ao serem considerados os aspectos não monetários como o isolamento, a impotência, vulnerabilidade e falta de segurança, bem como a capacidade e a aptidão das pessoas para sentir bem-estar.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) introduziu indicadores de progresso e de carência que se centram na pobreza, sob uma perspectiva de desenvolvimento humano. Encara a pobreza como negar escolhas e oportunidades de ter uma vida tolerável. O Índice da Pobreza Humana (IPH), elaborado em relação a cada país, fornece uma imagem da carência em termos de longevidade, educação e de fatores econômicos.

A eficácia do crescimento, no que se refere a reduzir a pobreza, depende das oportunidades de crescimento e de emprego gerados. Na maior parte dos casos, com exceção dos países do Sudeste Asiático (República da Coreia, Taiwan, Malásia etc.) na sua fase de crescimento elevado, não se gerou emprego suficiente no setor estruturado da economia. Um aumento de 1% do produto interno bruto de um país pode provocar um aumento dos rendimentos dos 20% mais pobres da sua população. A China é um exemplo do que se pode conseguir com um rápido crescimento econômico assentado no investimento nas pessoas: a diferença de rendimentos entre a China e o resto do mundo conheceu um decréscimo de mais de 50%, em comparação com há 40 anos.

O crescimento, se conseguido à custa da degradação ambiental, pode também comprometer os meios de subsistência dos pobres que dependem desses recursos. As Filipinas foram o primeiro país a criar um conselho para o desenvolvimento sustentável, que integrava parceiros do governo, da sociedade civil e das empresas privadas. Algumas das principais empresas esforçaram-se por levar a cabo iniciativas em prol do crescimento sustentável, como a reutilização de subprodutos, o controle dos níveis de poluição e a introdução de cláusulas ambientais nos acordos coletivos de trabalho com os sindicatos.

Segundo o Relatório sobre a Pobreza, (PNDU) em Andhra Pradesh, na Índia, as mulheres organizaram-se em grupo de auto-ajuda, mobilizando poupanças da comunidade, criando oportunidades de gerar rendimentos para elas, através do acesso ao crédito e da importância atribuída à obtenção de qualificações, e melhoraram suas condições. Do mesmo modo, no Camboja, as comunidades locais criaram seus próprios projetos de combate à pobreza. Na Bulgária, as organizações civis autônomas têm proporcionado cada vez mais formação profissional, promovendo novas empresas, protegendo o ambiente e resolvendo conflitos.

Encontram-se exemplos de êxito de políticas orçamentais favoráveis aos pobres e participativas na Índia, Brasil e Uganda. Produzir melhorias da qualidade de vida ou reduzir o nível de carência é algo que depende não só dos recursos disponíveis, mas também das prioridades econômicas e sociais e das políticas governamentais.

É possível reduzir o impacto das várias dimensões da pobreza, mesmo quando os níveis de rendimento são baixos. Países como a Costa Rica, Cuba, Sri Lanka e Vietname e o estado de Kerala, na Índia, asseguraram melhores condições de saúde, maiores reduções da mortalidade e melhorias no domínio da alfabetização em relação a outros com recursos econômicos semelhantes ou mesmo superiores.

Economia Brasileira e Pobreza

O Brasil, em termos econômicos, é uma das nações que mais acumularam riqueza nos últimos anos. Para se ter uma idéia dessa dimensão, o Produto Nacional Bruto – PNB, em 1997, era de US\$ 773,4 bilhões, e o de Portugal, US\$ 103,9 bilhões, ou seja, 7,44 vezes menor, ocupando respectivamente, no ranking mundial, o 8º e o 33º lugares.

A década de 90 foi iniciada com uma queda do nível da atividade econômica: PIBs negativos de 4,3% em 1990 e 1992. Nesse período, ocorreram ciclos curtos de crescimento, mas os altos índices inflacionários não permitiram a sua retomada. Em 1993, o PIB cresceu 4,5% e em 1994, 5,5%. Em 1995, registrou-se um PIB maior em torno de 5% a 6%.

No que se refere às desigualdades de renda e riqueza, o alcance da economia de mercado ainda não produziu os resultados desejados. A determinação da dimensão da pobreza é, no entanto, relevante, inclusive por suas implicações do ponto de vista das políticas públicas. São já por demais conhecidos os atributos que determinam uma situação de pobreza. Dentre eles, destacam-se, segundo Barros (1992, p.23), “o baixo nível educacional, as características do chefe de família; tamanho e estrutura da família; e local de residência.

A pobreza no Brasil tem um componente claramente regional, sendo mais elevadas as proporções no Norte (43%) e no Nordeste (46%), reduzindo-se em direção ao Sul (20%). As proporções são também mais altas para a população rural (39%); nas áreas metropolitanas e urbanas não metropolitanas constata-se resultados em patamar significativamente mais baixo, respectivamente, 29% e 27% da população.

A distribuição da pobreza metropolitana acompanha o padrão regional da pobreza, ou seja, em termos de proporção da população total, está mais presente nas metrópoles das regiões Norte e Nordeste.

Quanto aos indigentes/miseráveis, estes representam 12% da população brasileira. As características, no caso dessa forma mais acentuada de pobreza, são semelhantes àquelas relativas à pobreza em geral: forte componente regional, 55% dos indigentes são encontrados na região Nordeste, sendo que um terço deles na área rural e incidência flagrantemente mais elevada no meio rural: 22,7% da população, e contra 9,4% na área urbana e 8,0% na metropolitana.

Do ponto de vista da incidência, constata-se que a pobreza e, em particular, a indigência, ainda são predominantemente fenômenos rurais e regionais particularmente expressivos no Nordeste, onde compõem um dos traços característicos vinculados ao padrão de ocupação produtiva e de desenvolvimento sócioeconômico na área rural.

No meio urbano, entretanto, o rompimento dos laços tradicionais de solidariedade e dependência,

associado a contrastes extremos de riqueza e poder, faz com que situações de pobreza e indigência tornem-se fonte de tensões sociais. Uma de suas manifestações mais agudas reside no aumento da violência urbana, em particular nas principais metrópoles do País.

O crescimento econômico é muito importante, mas há, por outro lado, os aspectos qualitativos, que também podem representar importantes elementos distributivos de médio e longo prazos. Para Demo (1996, p.16), "...é preciso repensar a estrutura agrária, o sistema financeiro, a tributação e o papel do Estado, de forma que estes fatores interajam em função do desenvolvimento."

Sem emprego e sem uma renda que possibilite uma melhoria na qualidade de vida, há um crescente no nível de pobreza que assola todo o país, e, mais significativamente, o Nordeste. Na população do Estado do Ceará, há um elevado índice de pobreza cerca de 49%, e em torno de 20% em Fortaleza, segundo dados do BIRD (1999).

A População Economicamente Ativa (PEA) aumenta 2,5% ao ano. Além disso, a produtividade média da economia cresce cerca de 3% ao ano. Isso significa que, para que a economia gere os lugares de trabalho necessários para absorver os novos trabalhadores que ingressam anualmente no mercado de trabalho, deveria crescer, pelo menos, cerca de 6% ao ano.

Em junho/2000, segundo dados da IDT, havia um indicador de 14% com relação à taxa de desemprego aberto, e 51,4% em ocupação informal. O número de pessoas pressionando o mercado de trabalho, no mês de maio de 2000, no município de Fortaleza, foi de 109.532 pessoas.

O crescimento do desemprego é de fato um aspecto preocupante, devido ao agravamento do quadro social. Ficar desempregado, dadas as condições da grande maioria dos trabalhadores brasileiros significa, muitas vezes, também o despejo da moradia, o isolamento social e a perda de estima, provocado pela ausência de expectativas.

No que diz respeito à distribuição de renda, a teoria do capital humano tem dado ênfase especial ao papel da educação. A educação, que no passado

já foi fator de vantagem competitiva, hoje tornou-se pré-requisito para uma integração ativa à economia globalizada. Itens como previdência, saúde, saneamento e demais indicadores de qualidade de vida são fundamentais para garantir os avanços sociais.

Referências

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial*: 1998/99. Madrid: Mundi-Prensa, 1999.

BARROS, A. R. Fundamentos econômicos da pesca em Pernambuco. *REN - Revista Economia do Nordeste*. Fortaleza, v. 12, p. 569-591, 2001. Número especial.

BARROS, R. *Pobreza no Brasil*: quatro questões básicas. São Paulo: Cortez, 1992.

DEMO, P. *Combate à pobreza*: desenvolvimento como oportunidade. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese dos indicadores sociais*. Rio de Janeiro, 1999.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO. *Projeção dos indicadores do mercado de trabalho*. Fortaleza, 2000.

OLIVEIRA M. D. *A dívida da pobreza*: quanto custa acabar com a miséria no Brasil. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.

ONU. *Cimeira da terra de 1992*. Disponível em: <<http://www.planetaazul.org.br/desen/desen03.htm>> Acesso em: 23 fev. 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório de desenvolvimento humano*: 2000. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/consumidora/set2001/set0104.htm>> Acesso em: 23 fev. 2002.

SPOSATI, A. de O. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.

UNICEF. *Relatório anual do Unicef de 1998*. Disponível em: <<http://www.unicef.org/saotome/publicati.htm>> Acesso em: 17 mar. 2002.

Data do Aceite: 2005